

Diante do crescimento da corrupção, a maioria dos Africanos receiam sofrer retaliação, caso denunciem actos de corrupção

**Afrobarometer Edição No. 743 | Boniface Dulani, Gildfred Boateng Asiamah
e Patrick Zindikirani**

Sumário

A corrupção está entre os maiores desafios de governação e desenvolvimento que os países africanos enfrentam. Nas palavras da Comissão Económica das Nações Unidas para África (2016), “como produto e causa de má governação e de instituições fracas, a corrupção é um dos principais custos e impedimentos à transformação estrutural em África.” A corrupção não só desperdiça recursos públicos escassos que poderiam ser usados para serviços públicos e desenvolvimento significativo, mas também enfraquece a democracia ao minar a confiança pública na capacidade do governo de agir no melhor interesse dos cidadãos (Transparência Internacional, 2022; Mhaka, 2022). As plataformas eleitorais destacam, frequentemente, a eliminação da corrupção como uma promessa de campanha popular, mas os estudos classificam, consistentemente, a África como a região mais corrupta do mundo (Mokgonyana, 2023). No mais recente Índice sobre a Percepção da Corrupção (IPC), 44 dos 49 países africanos situam-se abaixo do ponto médio da pontuação do IPC, com uma média regional subsaariana de 32 em 100 (Transparência Internacional, 2022).



Neste contexto, como é que os Africanos comuns percebem as tendências da corrupção e o desempenho do seu governo na luta contra o flagelo da corrupção? Até que ponto os cidadãos comuns se sentem seguros em denunciar os casos de corrupção quando os encontram?

As conclusões dos inquéritos mais recentes do Afrobarometer, realizados em 39 países em 2021/2023, mostram que a maioria dos Africanos afirmam que a corrupção aumentou no seu país durante o ano anterior, e a maioria vêem poucas melhorias no fraco desempenho do seu governo na abordagem do problema. Entre as principais instituições públicas, a polícia é mais frequentemente vista como corrupta. As avaliações variam amplamente de país para país, com o Gabão, a África do Sul, a Nigéria, a Libéria e o Uganda a registarem algumas das percepções mais elevadas da corrupção oficial.

Em números significativos, os cidadãos relatam ter de pagar subornos para aceder aos serviços públicos e a maioria afirmam que as pessoas correm o risco de sofrer retaliação se denunciarem casos de corrupção às autoridades.

Para os decisores políticos e a sociedade civil, estas conclusões apontam para a necessidade de esforços renovados para combater a corrupção e de estratégias melhoradas para aumentar a sensação dos cidadãos de que estão seguros ao denunciar casos de corrupção.

As pesquisas do Afrobarometer

O Afrobarometer é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária que fornece dados fiáveis sobre as experiências e as avaliações africanas sobre a democracia, a governação e a qualidade de vida. Desde 1999, foram concluídas nove rondas de inquéritos de opinião pública em cerca de 42 países. Os inquéritos de opinião pública da 9ª Ronda (2021/2023) abrangem 39 países. (Ver Apêndice Tabela A.1 para obter uma lista de países e datas do trabalho de campo.)

Os parceiros nacionais do Afrobarometer realizam entrevistas presenciais no idioma da escolha do entrevistado com amostras de 1.200-2.400 adultos que produzem resultados a nível nacional com margens de erro de +/-2 a +/-3 pontos percentuais a 95% de nível de confiança. Os dados são ponderados para garantir amostras representativas a nível nacional. Ao reportar as médias multinacionais, todos os países são ponderados igualmente (em vez de proporcionalmente ao tamanho da população).

Principais resultados

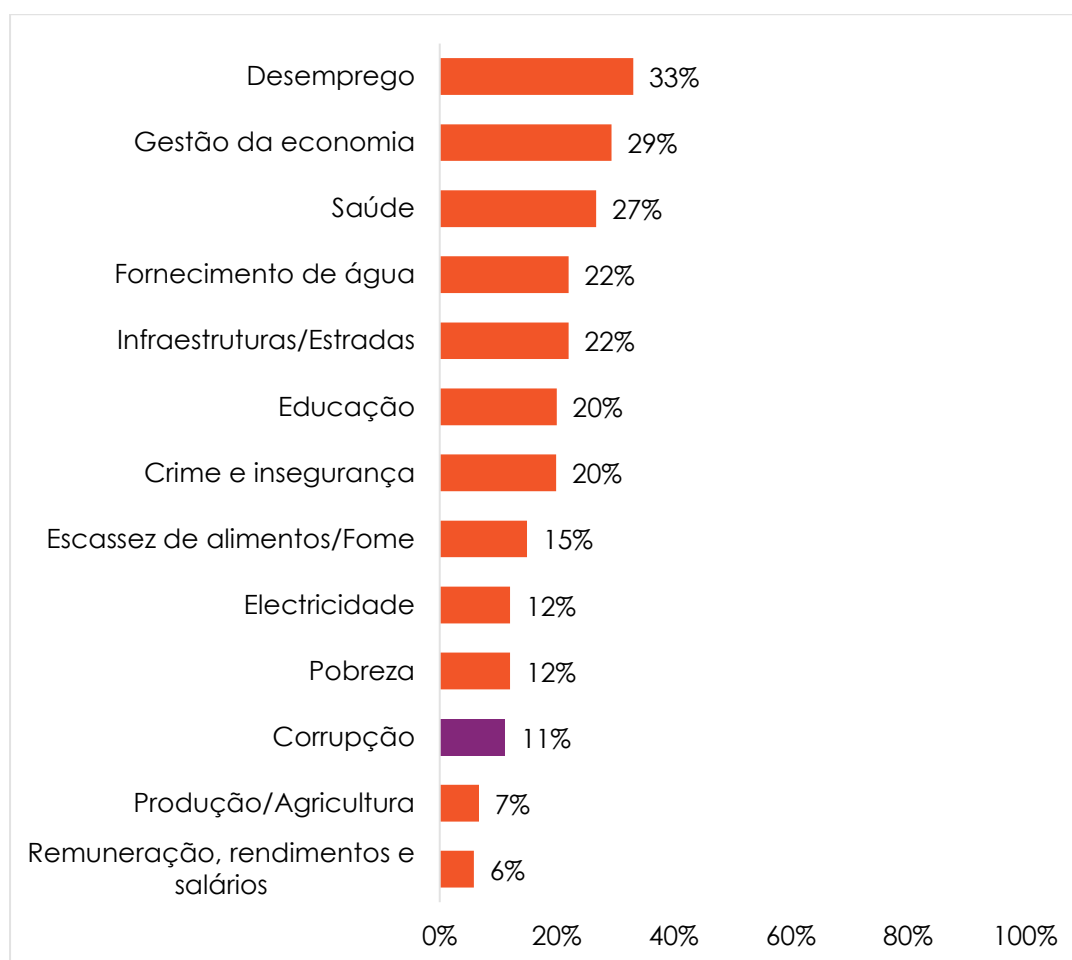
- Embora a corrupção ocupe o 11º lugar entre os problemas mais importantes que os Africanos querem que os seus governos resolvam, é uma alta prioridade em alguns países – e subiu para o 1º lugar no Quênia e para o 3º lugar no Botswana e na Namíbia.
- Em média, em 39 países, a maioria (58%) dos Africanos afirmam que a corrupção aumentou “um pouco” ou “muito” no seu país durante o ano anterior.
 - Em comparação com 2014/2015, 12 países registaram aumentos de dois dígitos na percepção do agravamento da corrupção, incluindo um aumento de 39 pontos percentuais no Senegal, enquanto as diminuições atingiram notáveis 61 pontos no Benin.
 - Mais de dois terços (68%) dos cidadãos afirmam que “alguns” ou “muitos” dos recursos destinados a enfrentar a pandemia da COVID-19 foram perdidos devido à corrupção
- Quase metade (46%) dos Africanos afirmam que “a maioria” ou “todos” os agentes policiais são corruptos, a pior classificação entre 11 instituições e líderes sobre os quais o inquérito inquiriu. Funcionários das autoridades tributárias, funcionários públicos e funcionários da Presidência empatam em segundo pior lugar, com 38%.
- O Gabão, a África do Sul, a Nigéria, a Libéria e o Uganda são os países com pior desempenho no que diz respeito à corrupção percebida em sete instituições públicas principais, enquanto Seychelles, Cabo Verde, Tanzânia e as Ilhas Maurícias apresentam os melhores desempenhos.
- Entre os cidadãos que procuraram os serviços públicos seleccionados durante o ano anterior, proporções substanciais afirmam que tiveram de pagar suborno para obter assistência policial (36%), para evitar problemas com a polícia (37%), para obter um documento do governo (31%), ou para receber serviços em um centro médico público (20%) ou em uma escola pública (19%).
 - O pagamento de subornos declarado pelos próprios varia muito entre os países. Por exemplo, a obtenção de um documento governamental exigia suborno de 68% dos requerentes no Congo-Brazzaville, em comparação com 1% em Cabo Verde e nas Seychelles.

- Dois em cada três Africanos (67%) afirmam que o seu governo está a fazer um mau trabalho no combate à corrupção.
- Apenas um em cada quatro Africanos (26%) afirmam que as pessoas podem denunciar a corrupção às autoridades sem receio de retaliação.

Saliência da corrupção em África

Apesar dos seus efeitos corrosivos sobre a democracia, o desenvolvimento e a segurança, muitos cidadãos africanos não classificam a corrupção entre as suas principais prioridades para a intervenção governamental. Quando se pergunta aos entrevistados quais são os problemas que consideram mais importantes que o seu governo deve resolver, a corrupção aparece em 11º lugar, citada por 11% entre as suas três principais prioridades – muito atrás do desemprego (33%), da gestão da economia (29%) e a prestação de serviços essenciais, como saúde (27%), abastecimento de água (22%) e infraestruturas/estradas (22%) (Figura 1).

Figura 1: Os problemas mais importantes | 39 países | 2021/2023

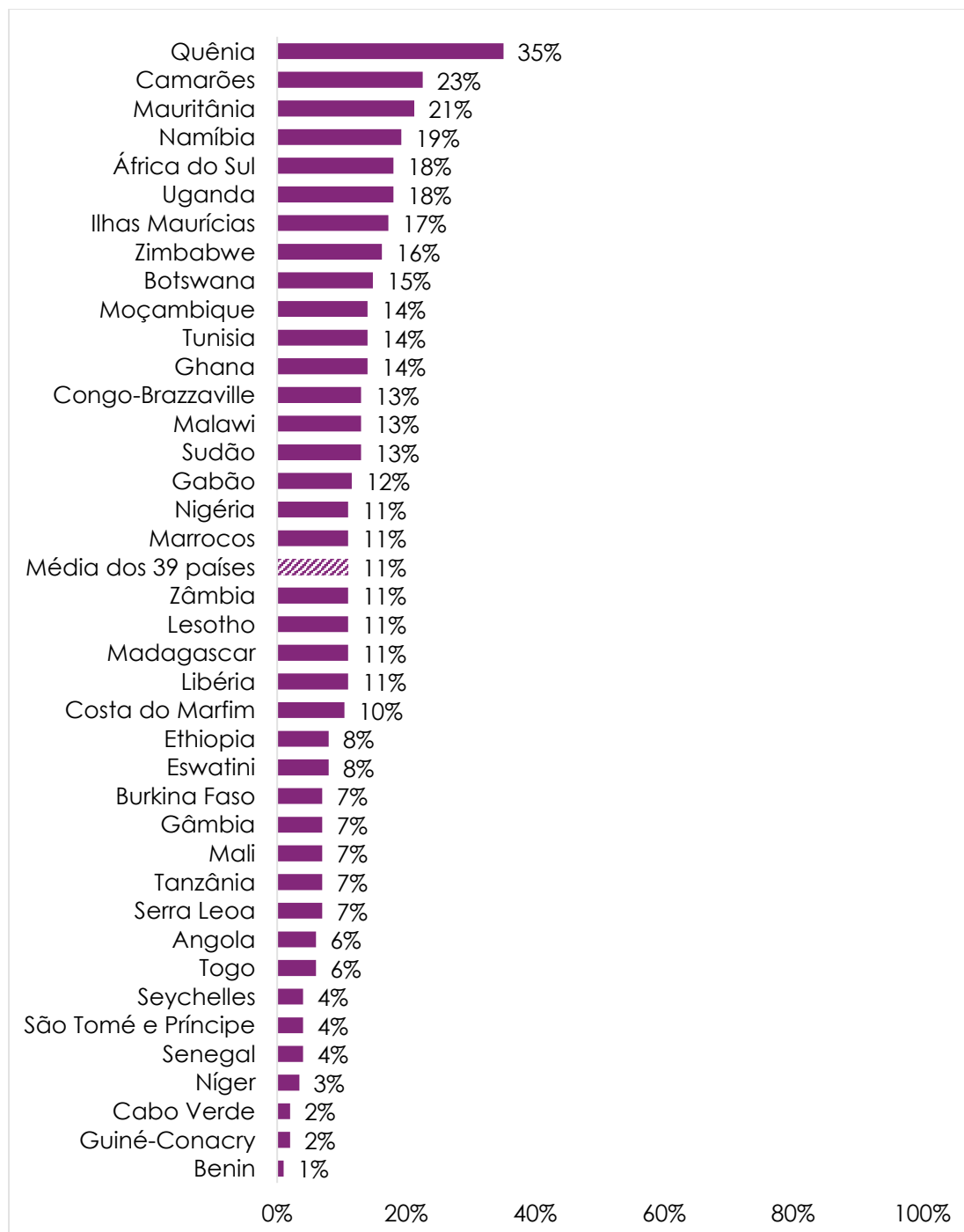


Pergunta aos respondentes: Na sua opinião, quais são os problemas mais importantes que o nosso país enfrenta e que o governo deve resolver? (Até três respostas por pessoa. A figura mostra a % de respondentes que mencionaram cada problema com um dos prioritários, entre três.)

Embora não esteja entre os 10 primeiros a nível continental, a corrupção é considerada uma prioridade elevada em vários países. Os Quêníanos classificam a corrupção como o problema número 1 que exige ação governamental (citado por 35%). A corrupção ocupa o

terceiro lugar entre os Namibianos (19%) e Batswana (15%). Outros países onde proporções substanciais da população consideram a corrupção um dos seus problemas mais importantes incluem os Camarões (23%), a Mauritânia (21%), a África do Sul (18%) e o Uganda (18%), enquanto apenas um punhado de Beninenses, Guineenses e Cabo-verdianos manifestam preocupação com a corrupção (Figura 2).

Figura 2: Corrupção como problema mais importante | por país | 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: Na sua opinião, quais são os problemas mais importantes que o nosso país enfrenta e que o governo deve resolver? (Até três respostas por pessoa. A figura mostra a % de respondentes que mencionaram a corrupção como uma das prioridades, entre três.)

Os desafios económicos e sociais urgentes que muitos países africanos enfrentam têm, sem dúvida, ajudado a relegar a corrupção para uma posição relativamente baixa, em muitos países, entre os problemas mais importantes que requerem a atenção do governo. Vale a pena notar, no entanto, que mesmo que a corrupção em si nem sempre seja uma prioridade máxima, os seus efeitos têm um impacto directo na capacidade dos governos de fornecer serviços que estão entre as principais prioridades dos cidadãos. Como observa a Comissão Económica das Nações Unidas para África (2016), a corrupção prejudica a prestação de serviços públicos, como a água, o saneamento, a educação e os cuidados de saúde, e limita o fornecimento de infra-estruturas essenciais, como a electricidade e as estradas, além de aumentar o custo do investimento, reduzindo assim os fluxos de investimento que poderiam ser críticos para a criação de emprego e o comércio. Por outras palavras, se os governos africanos fizerem um melhor trabalho na redução da corrupção, serão mais capazes de responder a algumas das principais preocupações dos seus cidadãos.

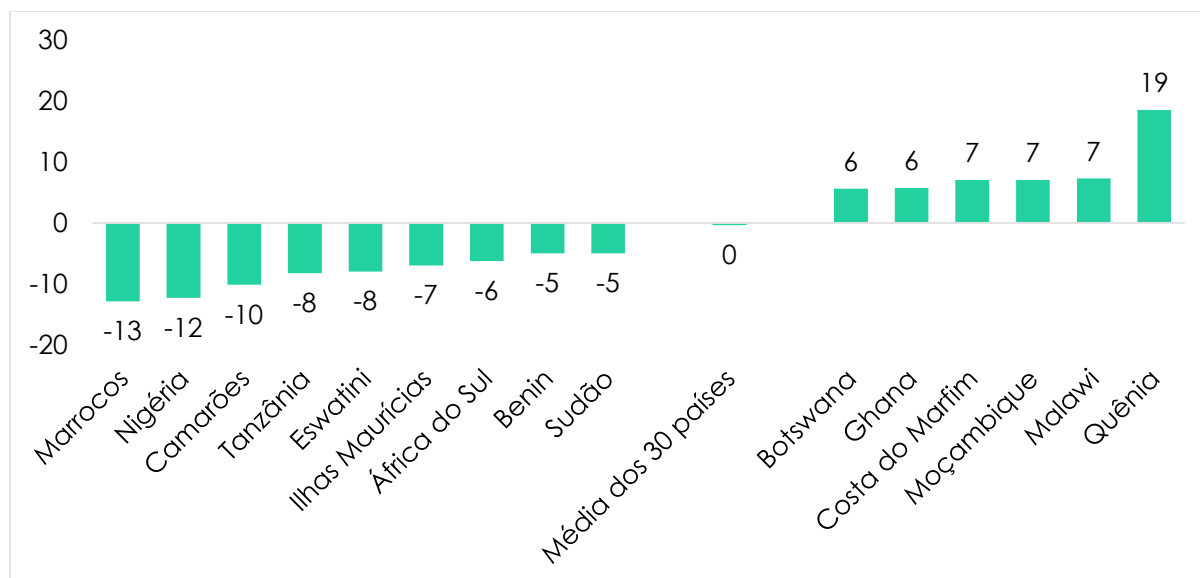
Tendências da corrupção como problema mais importante

Em média, nos 30 países para os quais estão disponíveis dados comparáveis provenientes dos inquéritos de opinião pública do Afrobarometer na 5ª Ronda (2011/2013) e na 9ª Ronda (2021/2023), a priorização da corrupção como problema mais importante permaneceu inalterada. No entanto, alguns países registaram mudanças notáveis ao longo da última década (Figura 3).

O mais impressionante é o Quênia, onde a corrupção aumentou 19 pontos percentuais para se tornar a principal questão prioritária dos cidadãos. Cinco outros países registaram aumentos de 6 a 7 pontos percentuais na importância da corrupção: Malawi, Moçambique, Costa do Marfim, Ghana e Botswana.

Por outro lado, a relevância da corrupção diminuiu 5 pontos ou mais em nove países, incluindo quedas de dois dígitos em Marrocos (-13 pontos), Nigéria (-12 pontos) e Camarões (-10 pontos).

Figura 3: Mudanças na percepção da corrupção como prioridade principal | 30 países | 2011-2023



A figura mostra a mudança, em pontos percentuais, entre as rondas de pesquisa 2011/2013 e 2021/2023, na proporção dos respondentes que citaram a corrupção como um dos problemas prioritários, entre três, que devem ser resolvidos pelo governo. São apresentados apenas os países com mudanças de pelo menos 5 pontos percentuais.

O estado da corrupção em África

De acordo com o mais recente Índice de Percepção da Corrupção, África registou uma estagnação na luta contra a corrupção, com os ganhos de alguns países compensados pela deterioração significativa noutros (Transparência Internacional, 2022). Entre os Africanos comuns existe uma percepção generalizada de que a corrupção está a piorar. Em média, em 39 países, quase seis em cada 10 cidadãos (58%) afirmam que o nível de corrupção no seu país aumentou “um pouco” ou “muito” durante os 12 meses anteriores (Figura 4).

A maioria em 27 dos 39 países pesquisados partilham esta opinião. No topo da lista estão três vizinhos da África Austral – Eswatini (87%), África do Sul (82%) e Lesoto (81%). Isto é consistente com o último relatório do IPC, que classifica Eswatini em 130º lugar entre 180 países e observa que o Lesoto registou o maior declínio nas pontuações do IPC nos oito anos anteriores, um desenvolvimento atribuído à interferência executiva em instituições independentes (Transparência Internacional, 2023a). Com base no relatório do IPC de 2022, a Transparência Internacional (2023b) identifica a África do Sul entre um grupo de “nove países a observar” devido à corrupção generalizada no sector público, sublinhada por uma série de escândalos envolvendo ex-presidentes e presidentes em exercício.

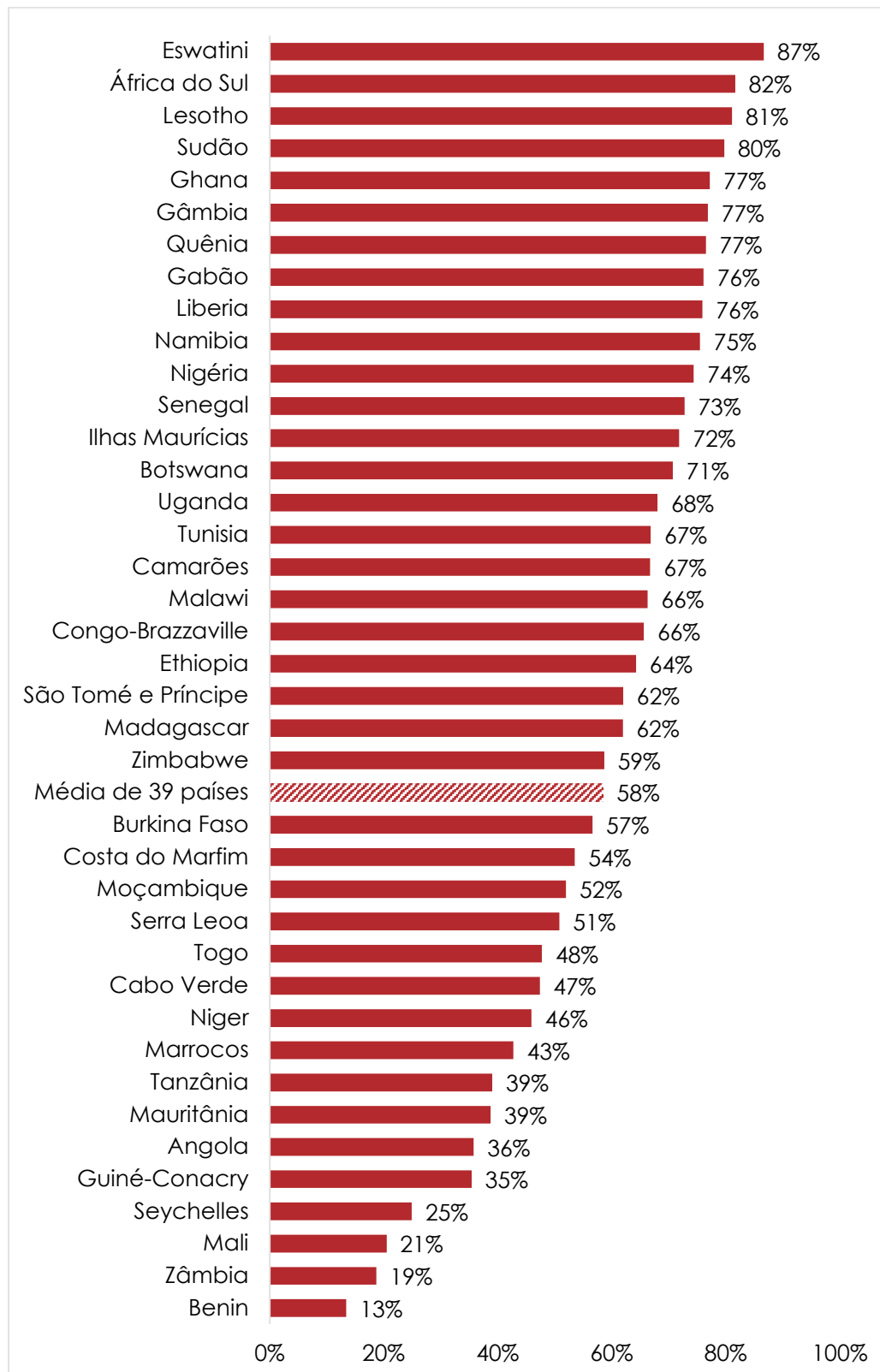
No outro extremo, menos de um quarto dos cidadãos relatam aumento dos níveis de corrupção no Benin (13%), na Zâmbia (19%) e no Mali (21%).

Em média, nos 32 países inquiridos na 6ª Ronda (2014/2015) e na 9ª Ronda (2021/2023), as percepções do agravamento da corrupção aumentaram apenas 3 pontos percentuais, de 57% para 60%, embora a percentagem dos que afirmam que a corrupção tenha aumentado “muito” mostra um aumento de 10 pontos (de 37% para 47%).

É importante ressaltar que estas médias obscurecem mudanças massivas em ambas as direções a nível nacional (Figura 5): aumentos de dois dígitos em 12 países chegam a 39 pontos percentuais no Senegal, enquanto diminuições de dois dígitos em seis países atingem surpreendentes 61 pontos no Benin.

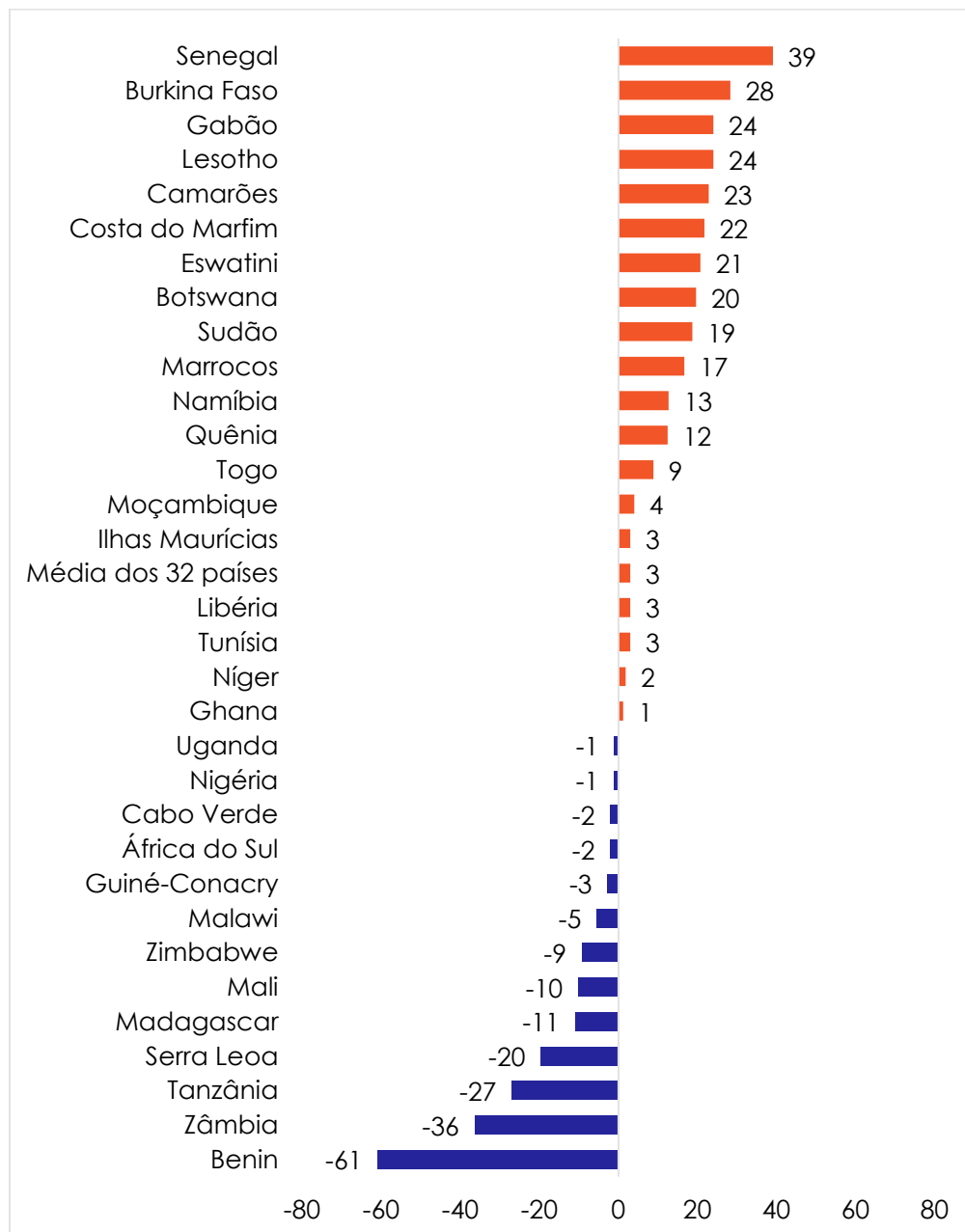
Embora as explicações para as tendências ascendentes e descendentes nas percepções do aumento da corrupção estejam fora do âmbito deste dispatch, uma observação interessante sugere uma possível ligação entre democracias mais fortes e menos corrupção: Os quatro países com as maiores quedas nas percepções do agravamento da corrupção (Benin, Zâmbia, Tanzânia e Serra Leoa) registam alguns dos níveis mais elevados de percepção de democracia nos dados da Ronda 9 do Afrobarometer, enquanto os cinco países com os maiores aumentos na percepção do agravamento da corrupção (Senegal, Burkina Faso, Gabão, Lesoto e Camarões) classificam-se entre a metade inferior nas suas avaliações sobre a extensão da democracia nos seus países.

Figura 4: O nível de corrupção aumentou | 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: Na sua opinião, em relação ao ano passado, o nível de corrupção no país aumentou, diminuiu ou permaneceu o mesmo? (% que dizem que a corrupção “aumentou um pouco” ou “aumentou muito”)

Figura 5: O nível de corrupção aumentou | 32 países | 2014-2023



A figura mostra as mudanças, em pontos percentuais, entre as rondas de pesquisa em 2014/2015 e 2021/2023 em proporção dos respondentes que disseram que a corrupção “aumentou um pouco” ou “aumentou muito” no seu país durante o ano anterior à pesquisa.

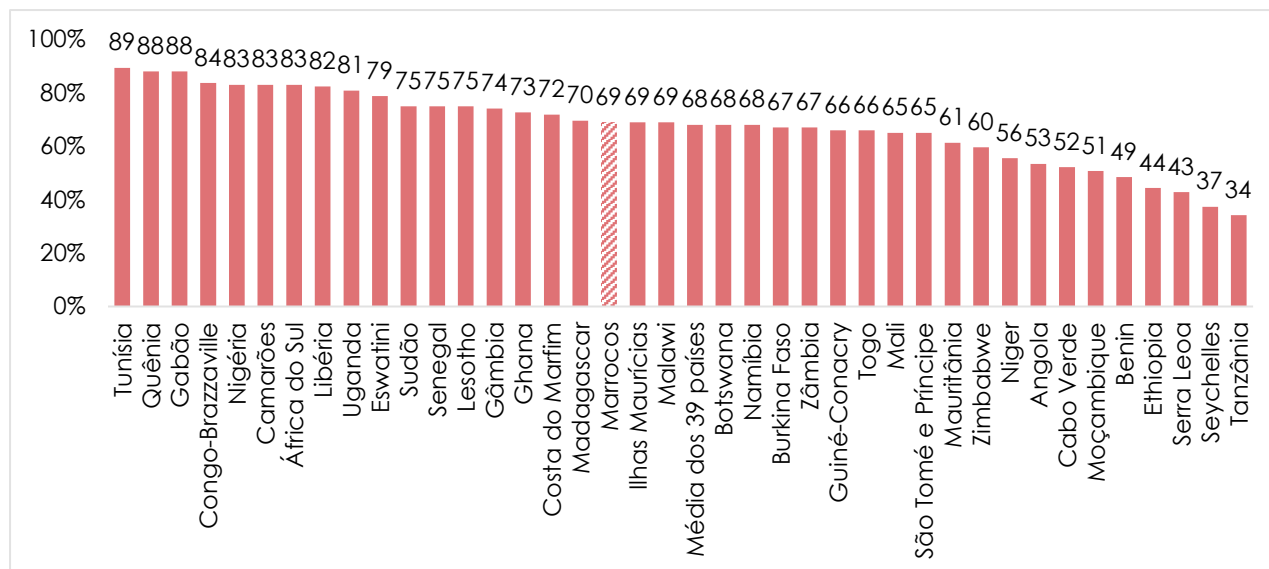
Corrupção durante a COVID-19

A pandemia da COVID-19 abriu novas oportunidades para desviar recursos destinados ao bem público. Além das tentações dos fundos de ajuda de emergência, alguns países que lutaram para lidar com a pandemia relaxaram as políticas de responsabilização destinadas a garantir a supervisão na utilização de fundos públicos, a fim de acelerar a aquisição de bens e serviços essenciais (Africa Defense Forum, 2022).

Em 39 países, mais de dois terços (68%) dos cidadãos afirmam que “alguns” ou “muitos” dos recursos destinados a resposta à COVID-19 foram desperdiçados por meio da corrupção

(Figura 6). Esta é a opinião maioritária em 34 dos 39 países, incluindo quase nove em cada 10 cidadãos na Tunísia (89%), no Gabão (88%) e no Quênia (88%). Mesmo na Tanzânia e nas Seychelles, onde esta percepção é menos comum, mais de um terço dos inquiridos pensa que pelo menos alguns dos recursos destinados a enfrentar a COVID-19 foram perdidos devido à corrupção.

Figura 6: Corrupção no uso dos recursos do COVID-19 | 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: Considerando todos os fundos e recursos que foram disponibilizados ao governo para combater e responder a pandemia da COVID-19, quanto você pensa que foi perdido ou roubado devido a corrupção? (% que dizem "alguns" ou "muitos")

Corrupção nas instituições públicas

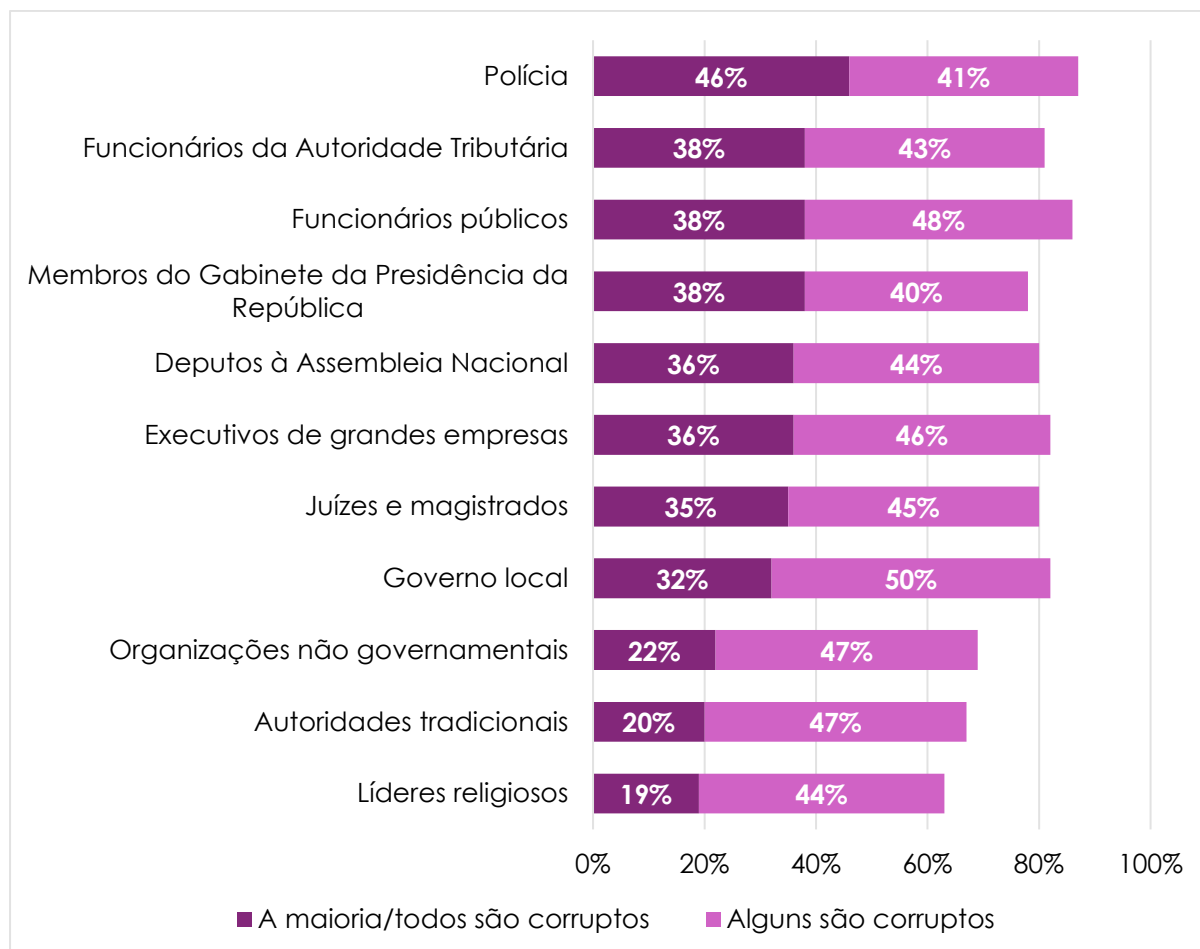
A corrupção muitas vezes chega às manchetes quando figuras públicas de destaque são acusadas de irregularidades. Na África do Sul, por exemplo, as alegações de corrupção contra o antigo Presidente Jacob Zuma, o Presidente em exercício Cyril Ramaphosa e outros líderes seniores do Congresso Nacional Africano (ANC) têm frequentemente dominado as notícias (BBC News, 2022). Em Moçambique, as acusações de que o filho do ex-presidente Armando Guebuza, um antigo ministro das finanças, e outros membros importantes do partido no poder teriam participado no desaparecimento de empréstimos, chamaram a atenção dos meios de comunicação social globais (Financial Times, 2019). Da mesma forma, a corrupção em Angola registou uma tendência global quando Isabel dos Santos, filha do antigo Presidente José Eduardo dos Santos, foi acusada de ganhar milhares de milhões de dólares através de actividades ilícitas (New York Times, 2022).

Mas quando se pede aos Africanos que avaliem o envolvimento de vários funcionários públicos na corrupção, destaca-se uma face mais comum da corrupção: A polícia lidera consistentemente as percepções de corrupção generalizada. Em média, em 39 países, quase metade (46%) dos cidadãos afirmam que "a maioria" ou "todos" os agentes policiais estão envolvidos em corrupção, além de 41% que consideram "alguns deles" corruptos (Figura 7). Funcionários das autoridades tributárias, funcionários públicos e funcionários da Presidência empatam em segundo lugar, cada um visto como amplamente corrupto por 38% dos cidadãos, seguidos por membros do Parlamento (MPs) (36%), executivos empresariais (36%), juízes e magistrados (35%) e vereadores do governo local (32%).

Cerca de um em cada cinco entrevistados vêem corrupção generalizada entre organizações não governamentais (22%), autoridades tradicionais (20%) e líderes religiosos (19%).

Além disso, no que diz respeito a cada instituição ou grupo de líderes, mais de quatro em cada 10 entrevistados dizem que "alguns deles" são corruptos.

Figura 7: Corrupção entre os líderes e as instituições públicas | 39 países*
 | 2021/2023



Perguntas aos respondentes: Quantas, das seguintes pessoas, você acha que estão envolvidas em corrupção, ou você ainda não ouviu falar o suficiente sobre elas para ter uma opinião?

* A pergunta sobre os membros do Parlamento não foi feita na Guiné-Conacri, Sudão e Tunísia. A pergunta sobre os governos locais (câmaras municipais) não foi feita em Angola e nas Seychelles. A questão sobre as autoridades tradicionais não foi feita em Cabo Verde, Ilhas Maurícias, São Tomé e Príncipe, Seychelles e Tunísia.

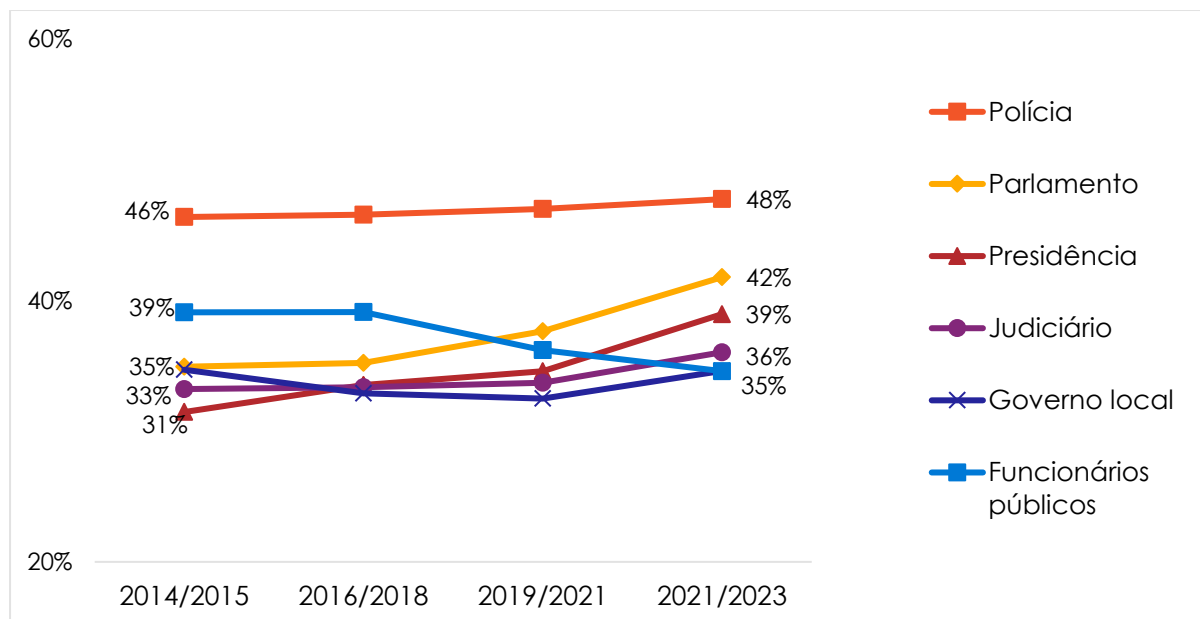
Como parte dos seus esforços para lidar com este flagelo, muitos países africanos promulgaram legislação anticorrupção e criaram agências que trabalham para prevenir e processar casos de corrupção. A nível continental, a Convenção da União Africana (UA) de 2003 sobre a Prevenção e o Combate à Corrupção projecta o apelo da UA aos países para que abordem as causas profundas da corrupção e adotem medidas preventivas adequadas (União Africana, 2003). Quarenta e nove dos 55 Estados-membros da UA assinaram a convenção e 48 ratificaram-na em Fevereiro de 2023 (União Africana, 2023).

Apesar destes esforços, a opinião geral entre os cidadãos africanos é que a corrupção entre as principais instituições públicas não está a melhorar. Nos 31 países pesquisados de forma consistente entre 2014/2015 e 2021/2023, a percepção da corrupção generalizada piorou entre os funcionários da Presidência (de 31% para 39%), os deputados (de 35% para 42%) e os juízes e magistrados (de 33% a 36%), enquanto estagna para a polícia e os

vereadores do governo local (Figura 8). As avaliações da corrupção generalizada melhoraram modestamente (de 39% para 35%) no caso dos funcionários públicos.

Estas conclusões sugerem que os esforços anticorrupção até à data têm sido ineficazes ou insuficientes para reduzir a corrupção entre as principais agências públicas em toda a África.

Figura 8: Proliferação da corrupção nas principais instituições públicas | 31 países¹ | 2014-2023



Perguntas aos respondentes: Quantas, das seguintes pessoas, você acha que estão envolvidas em corrupção, ou você ainda não ouviu falar o suficiente sobre elas para ter uma opinião? (% que dizem "a maioria deles" ou "todos eles")

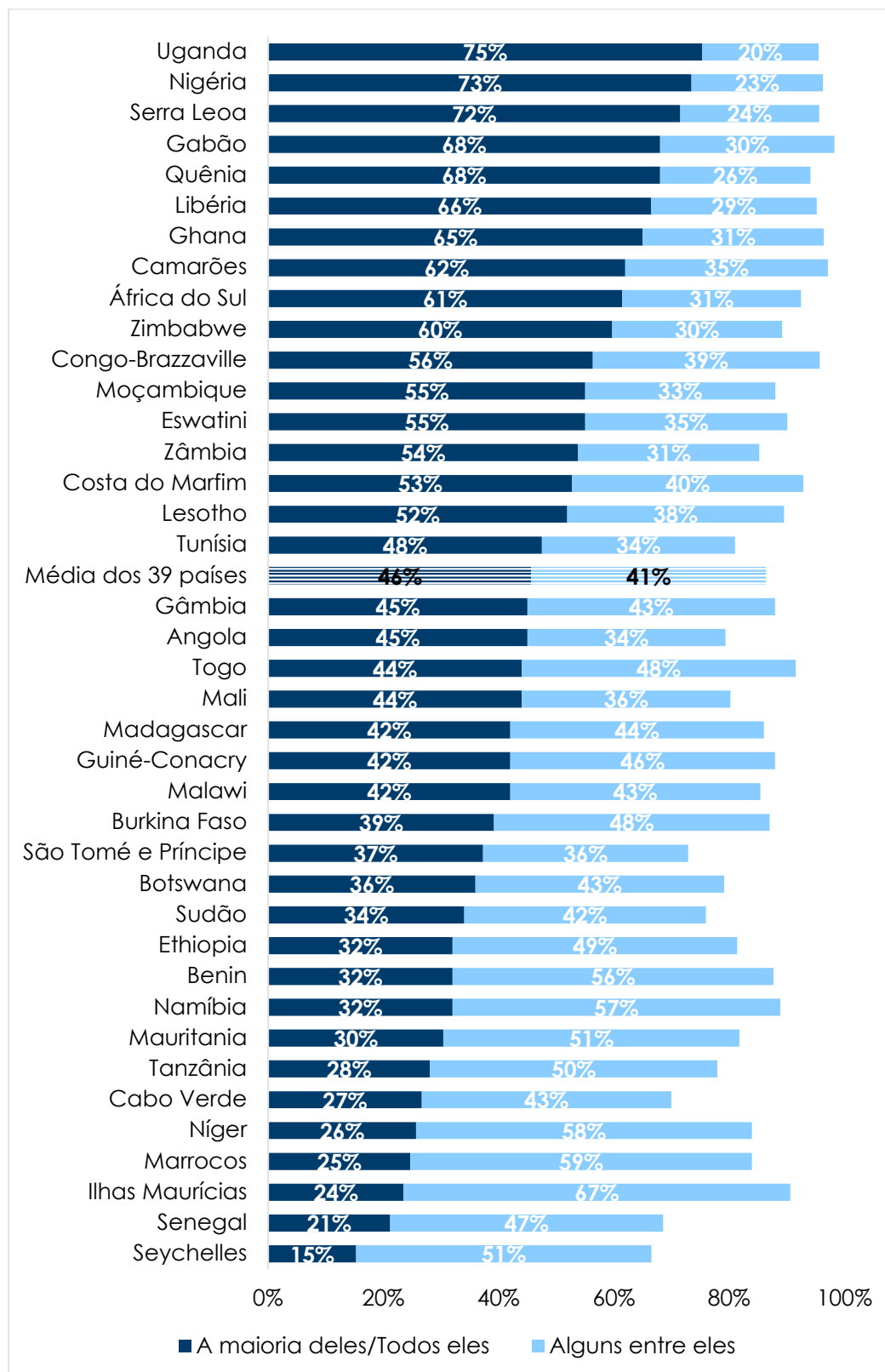
Corrupção na polícia

Embora a polícia – talvez o serviço governamental mais dirigido ao público – tenha o pior desempenho nas avaliações dos cidadãos sobre quem é corrupto, estas avaliações variam significativamente entre os países (Figura 9). Em 16 dos 39 países pesquisados, a maioria considera "a maioria" ou "todos" os policiais corruptos, liderados por Uganda (75%), Nigéria (73%) e Serra Leoa (72%). Por outro lado, menos de um em cada quatro cidadãos denunciam corrupção generalizada na polícia em Seychelles (15%), no Senegal (21%) e nas Ilhas Maurícias (24%) – embora mesmo aqui, duas a três vezes mais pessoas digam que "alguns" policiais são corruptos.

Em média, nos 32 países para os quais estão disponíveis dados comparáveis de 2014/2015 e 2021/2023, a proporção de cidadãos que afirmam que a maioria/todos os policiais são corruptos manteve-se estável. Mas as avaliações melhoraram significativamente em 10 países, mais dramaticamente (em 22 pontos percentuais) no Benin e na Tanzânia (Figura 10). Agravaram-se (em 3 pontos percentuais ou mais) em 15 países, liderados pela Tunísia (+21 pontos) e nos três vizinhos da África Austral onde as percepções de aumento da corrupção global foram mais elevadas (conforme mostrado na Figura 4): África do Sul (+14 pontos), Lesotho (+13 pontos) e Eswatini (+13 pontos).

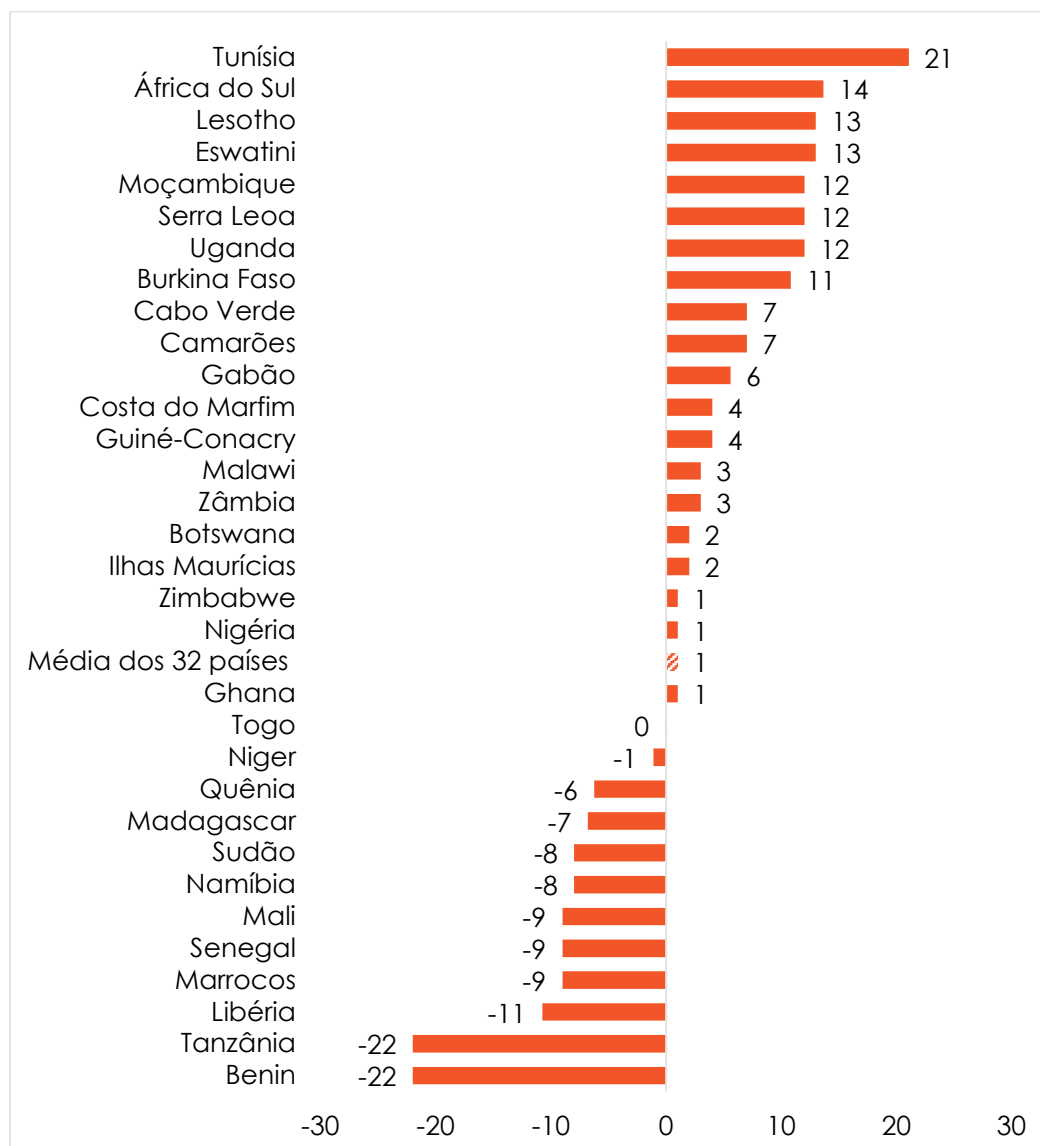
¹ Madagáscar, que não pesquisado na Ronda 8, faz parte da comparação dos 32 países entre as rondas 6 e 9, mas não na comparação dos 31 países nas rondas 6, 7, 8 e 9.

Figura 9: Corrupção entre a polícia | 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: Quantas, das seguintes pessoas, você acha que estão envolvidas em corrupção, ou você ainda não ouviu falar o suficiente sobre elas para ter uma opinião: A polícia?

Figura 10: Mudanças na percepção da proliferação da corrupção na polícia
 | 32 países | 2014-2023

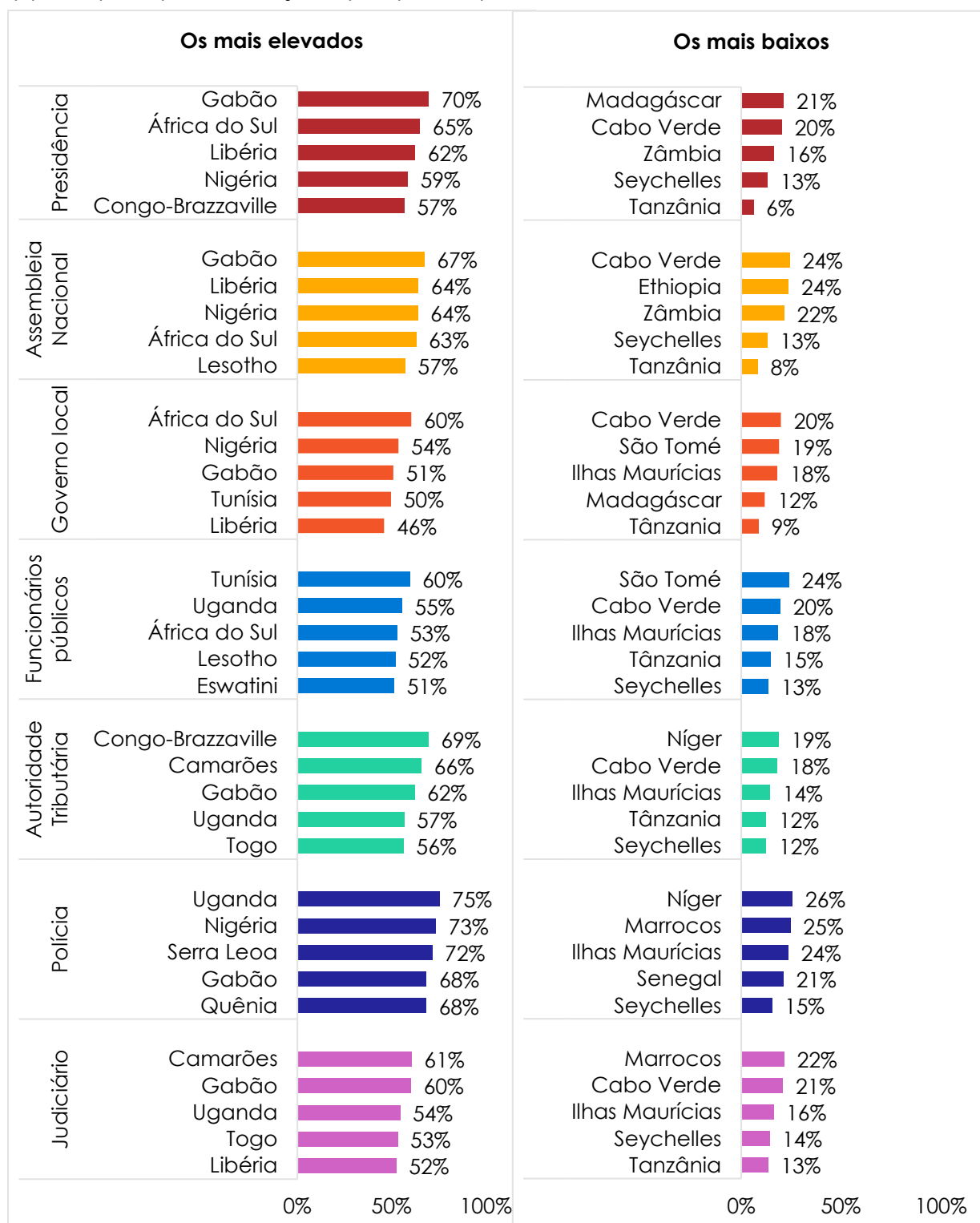


A figura mostra as mudanças, em pontos percentuais, entre 2014/2015 e 2021/2023 na proporção dos respondentes que disseram que “a maioria” ou “todos” os polícias são corruptos.

Embora a percepção da corrupção varie muito entre países e instituições, o Gabão aparece entre os cinco piores desempenhos em seis das sete instituições principais (Figura 11), sugerindo que a corrupção pode ser vista como endémica naquele país. A África do Sul, a Nigéria e a Libéria registam algumas das percepções mais elevadas de corrupção em quatro instituições, incluindo a Presidência, o Parlamento e o governo local. O Uganda também está entre os países com pior desempenho em quatro categorias (funcionários públicos, funcionários das autoridades tributárias, polícia e poder judiciário).

As Seychelles estão classificadas no extremo menos corrupto da escala para todas as seis instituições sobre as quais os seus cidadãos foram questionados (a pergunta sobre os vereadores do governo local não foi colocada nas Seychelles), e Cabo Verde e a Tanzânia estão entre os melhores desempenhos em todas as categorias, excepto para a polícia. As Ilhas Maurícias juntam-se aos melhores desempenhos em quatro categorias.

Figura 11: Países com a mais elevada e a mais baixa percepção de corrupção
| pelas principais instituições | 39 países | 2021/2023



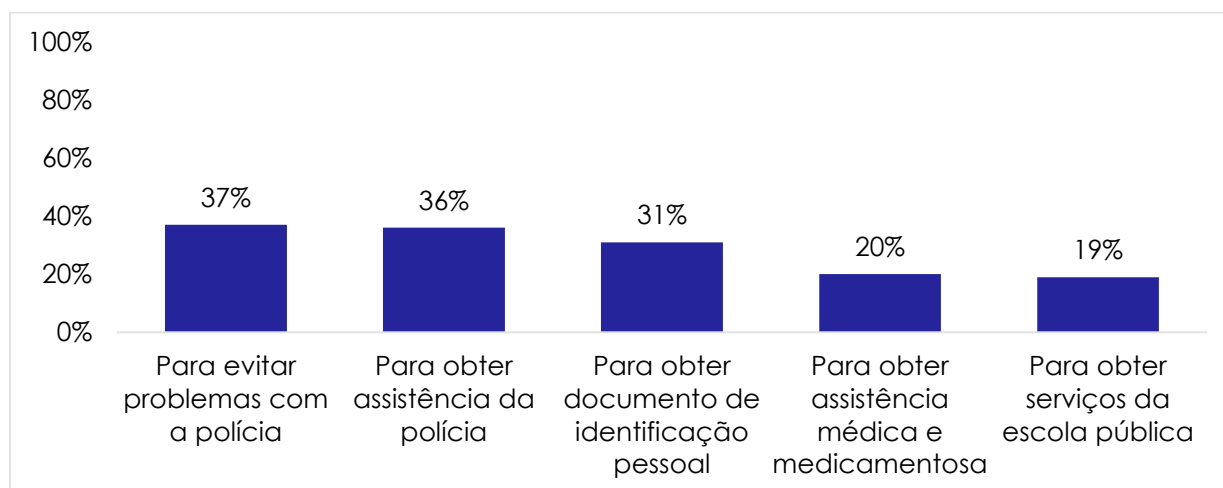
Perguntas aos respondentes: Quantas, das seguintes pessoas, você acha que estão envolvidas em corrupção, ou você ainda não ouviu falar o suficiente sobre elas para ter uma opinião? (As figuras mostram, para cada sete instituições, os cinco países onde a larga maioria dos respondentes disseram que "a maioria" ou "todos" oficiais ou funcionários são corruptos.)

Pagamento de suborno para ter acesso aos serviços públicos

As avaliações dos cidadãos sobre os níveis de corrupção nas instituições públicas são provavelmente moldadas, em parte, pelas suas experiências pessoais, como quando procuram aceder a vários serviços governamentais. Em média, em 39 países, mais de um em cada três adultos que interagiram com a polícia durante o ano anterior afirma que teve de pagar um suborno, dar um presente ou fazer um favor (36% dos que procuraram assistência da polícia, 37% dos que encontraram a polícia em outras situações, como constróis de trânsito ou investigações) (Figura 12).

Entre os cidadãos que tentaram obter um documento governamental, como certidão de nascimento, carta de condução, passaporte ou cartão de eleitor, 31% afirmam ter pagado suborno pelo menos uma vez. Um em cada cinco entrevistados relatam ter de pagar suborno para obter serviços de um centro médico público (20%) ou de uma escola pública (19%).

Figura 12: Pagamento de suborno no acesso aos serviços públicos | 39 países
 | 2021/2023



Perguntas aos respondentes:

Nos últimos 12 meses, você teve contacto com uma escola pública? [Se sim:] E com que frequência, se alguma vez, você tem de dar uma gasosa ou micha, dar um presente, ou fazer um favor a um professor ou funcionário da escola a fim de obter os serviços que você precisa da escola?

Nos últimos 12 meses, você teve contacto com um centro de saúde ou hospital público? [Se sim:] E com que frequência, se alguma vez, você tem de dar uma gasosa ou micha, dar um presente, ou fazer um favor a um profissional de saúde ou funcionário do centro de saúde ou hospital público, para receber os cuidados médicos ou serviços que você precisava?

Nos últimos 12 meses, você tentou obter um documento de identificação como uma certidão de nascimento, carta de condução, passaporte, cartão de eleitor ou bilhete de identidade? [Se sim:] E com que frequência, se alguma vez, você tem de dar uma gasosa ou micha, dar um presente, ou fazer um favor a um funcionário do governo para obter o documento que precisava?

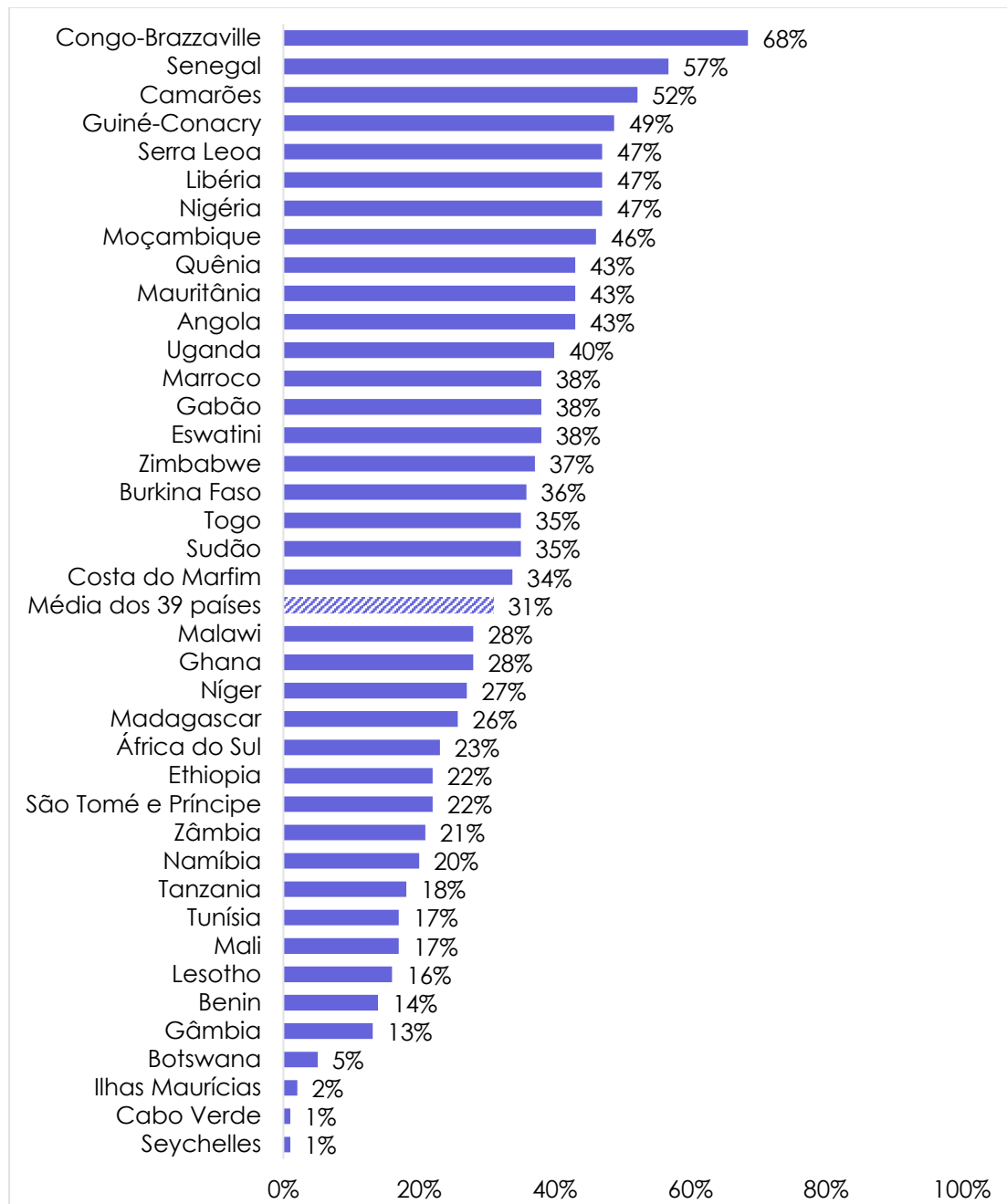
Nos últimos 12 meses, você solicitou a assistência da polícia? [Se sim:] E com que frequência, se alguma vez, você tem de dar uma gasosa ou micha, dar um presente, ou fazer um favor a um agente da polícia, a fim de obter a assistência que precisava?

Nos últimos 12 meses, com que frequência você encontrou a polícia noutras situações, como nos postos de controle, durante os controles de identificação ou operações stop, ou durante uma investigação? [Se sim:] Com que frequência, se alguma vez, você teve de pagar uma gasosa ou micha, dar um presente ou fazer um favor a um polícia para evitar um problema durante um desses encontros?

(% que dizem "uma ou duas vezes," "poucas vezes" ou "frequentemente." Os respondentes que não tiveram contacto com estes serviços estão excluídos.)

O pagamento de subornos declarado pelos próprios varia muito entre os países (Figura 13). Entre os cidadãos que procuraram obter um documento governamental, por exemplo, 68% dos que vivem no Congo-Brazzaville afirmam que tiveram de pagar suborno pelo menos uma vez. Em contraste, não mais de um em cada 20 cidadãos dizem o mesmo no Botswana (5%), nas Ilhas Maurícias (2%), em Cabo Verde (1%) e nas Seychelles (1%).

Figura 13: Proporção dos cidadãos que pagaram suborno para tratar um documento de identificação | 39 países | 2021/2023

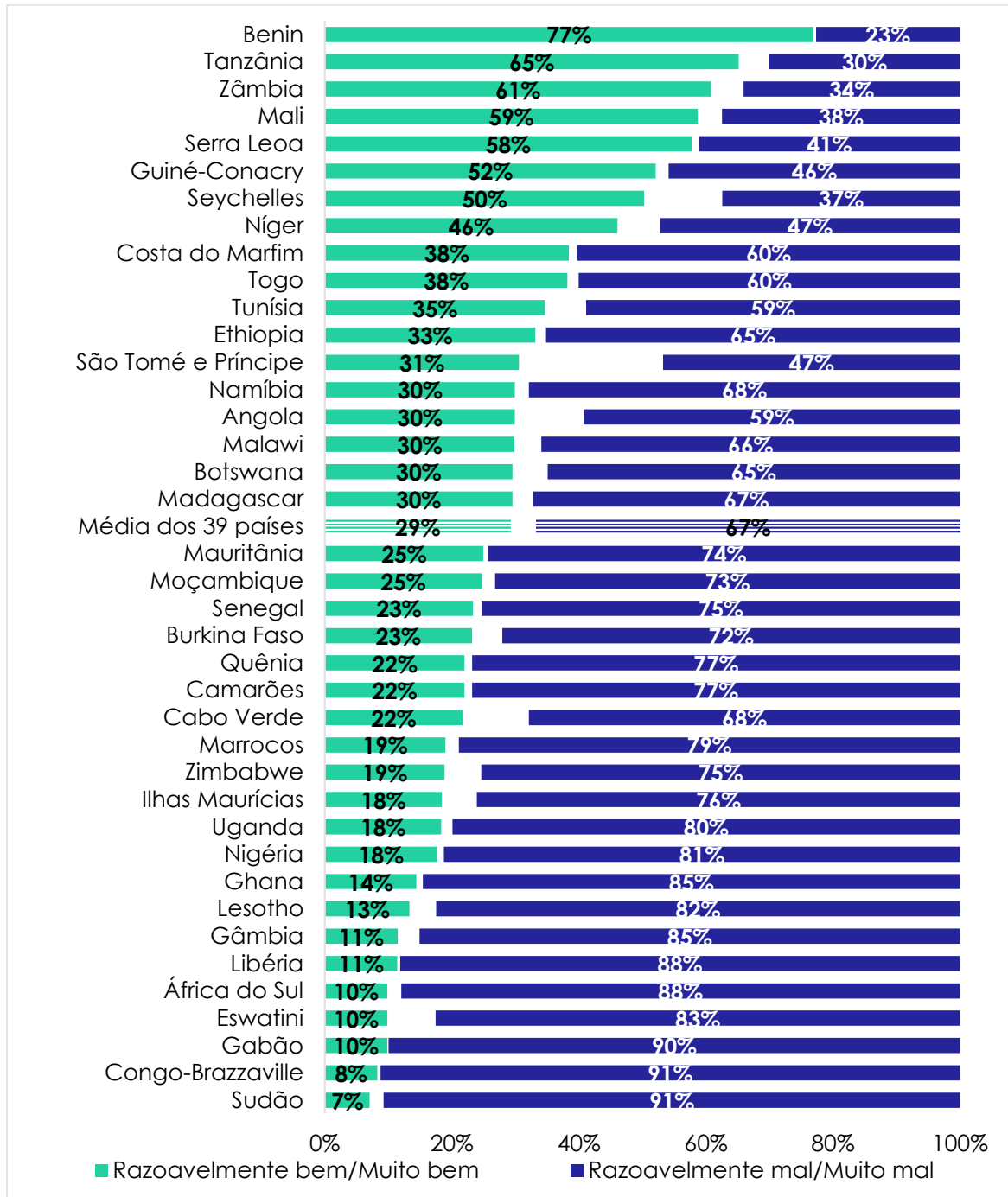


Perguntas aos respondentes: Nos últimos 12 meses, você tentou obter um documento de identificação como uma certidão de nascimento, carta de condução, passaporte, cartão de eleitor ou bilhete de identidade? [Se sim:] E com que frequência, se alguma vez, você tem de dar uma gasosa ou micha, dar um presente, ou fazer um favor a um funcionário do governo para obter o documento que precisava? (% (% que dizem "uma ou duas vezes," "poucas vezes" ou "frequentemente." Os respondentes que não tiveram contacto com estes serviços estão excluídos.)

Desempenho do governo na luta contra a corrupção

Considerando que a maioria dos Africanos afirmam que a corrupção está a aumentar e muitos relatam experiências pessoais com o pagamento de subornos, não é surpreendente que dois terços (67%) dos Africanos digam que o seu governo está a falhar quando se trata de combater a corrupção (Figura 14).

Figura 14: Desempenho do governo na luta contra a corrupção | 39 países
 | 2021/2023

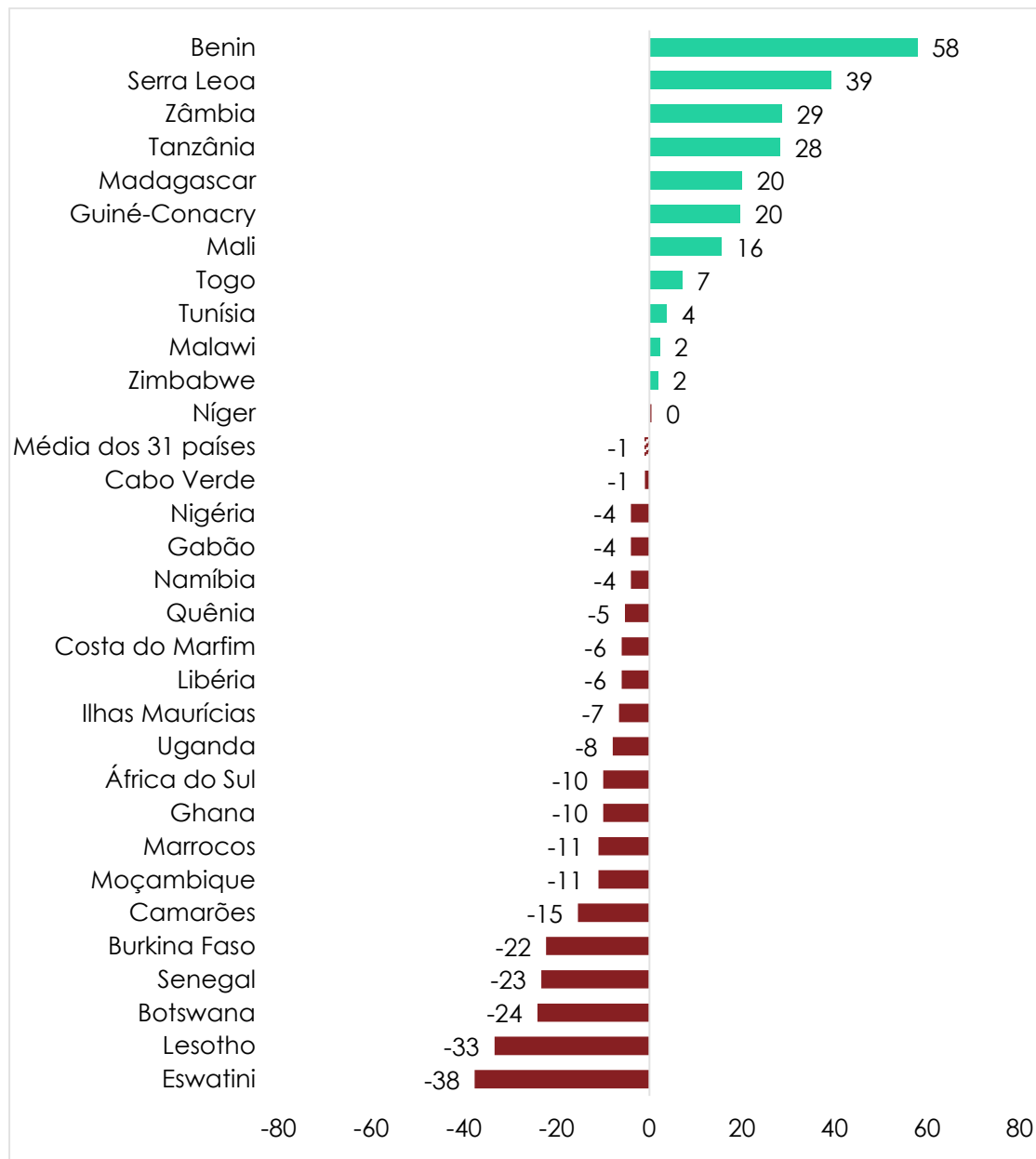


Pergunta aos respondentes: Até que ponto você acha que o actual governo está a lidar bem ou mal com as seguintes matérias, ou você não ouviu o suficiente para ter uma opinião: Combater a corrupção no governo?

Apenas seis países registam aprovação maioritária do desempenho do seu governo em matéria de combater a corrupção, liderados pelo Benin (77%), Tanzânia (65%) e Zâmbia (61%). Em contraste, não mais de um em cada 10 cidadãos dão ao seu governo uma nota de aprovação na África do Sul (10%), no Eswatini (10%), no Gabão (10%), no Congo-Brazzaville (8%) e no Sudão (7%).

Apesar de muitas promessas governamentais de combater o flagelo da corrupção, em média, as avaliações públicas do desempenho do governo nesta questão não mudaram significativamente desde 2014/2015 (Figura 15). Mas as avaliações a nível nacional mostram mudanças substanciais, incluindo melhorias de dois dígitos em sete países.

Figura 15: Mudanças na aprovação do desempenho do governo na luta contra a corrupção | 31 países* | 2014-2023



A figura mostra as mudanças, em pontos percentuais, entre 2014/2015 e 2021/2023 na proporção dos respondentes que disseram que o governo está a lidar "razoavelmente bem" ou "muito bem."

* Esta questão não foi feita no Sudão na Ronda 6 de pesquisa.

Os países com os maiores ganhos em classificações favoráveis são o Benin (+58 pontos percentuais), a Serra Leoa (+39 pontos), a Zâmbia (+29 pontos) e a Tanzânia (+28 pontos) – os mesmos países que a Figura 4 mostra com as maiores quedas na percentagem de cidadãos que denunciam o agravamento da corrupção.

Em contraste, os cidadãos de 18 países classificam os seus governos significativamente pior no combate à corrupção do que em 2014/2015, incluindo descidas de 38 pontos percentuais em Eswatini e de 33 pontos no Lesotho. O governo do Botswana também sofre uma enorme queda (-24 pontos) na aprovação dos cidadãos ao seu desempenho em matéria de luta contra a corrupção, tal como os seus homólogos no Senegal (-23 pontos) e no Burkina Faso (-22 pontos).

A denúncia de casos de corrupção acarreta o risco de sofrer retaliação

Uma parte fundamental de uma estratégia anticorrupção eficaz é facilitar a denúncia de irregularidades – o acto de denunciar irregularidades suspeitas ou observadas a funcionários em posição de tomar medidas. Vian, Agnew e McInnes (2022) descrevem a denúncia de corrupção como “a estratégia mais importante para detectar fraudes ocupacionais cometidas por funcionários ou gestores.” A denúncia de irregularidades não só revela casos individuais de corrupção, mas também ajuda a descobrir fraquezas sistémicas que incentivam o comportamento corrupto, permitindo que governos e agências anticorrupção utilizem a informação para colmatar lacunas que permitem actividades corruptas.

Mas se as pessoas temem que as suas identidades possam ser reveladas, estarão menos inclinadas a denunciar a corrupção por medo de represálias. O risco é particularmente

elevado se os perpetradores forem poderosos e capazes de se vingar em caso de exposição.

Faça sua própria análise dos dados do Afrobarometer – sobre qualquer questão, para qualquer país e ronda de inquérito. É fácil e gratuito em www.afrobarometer.org/online-data-analysis.

Até que ponto os Africanos se sentem seguros para denunciar a corrupção às autoridades?

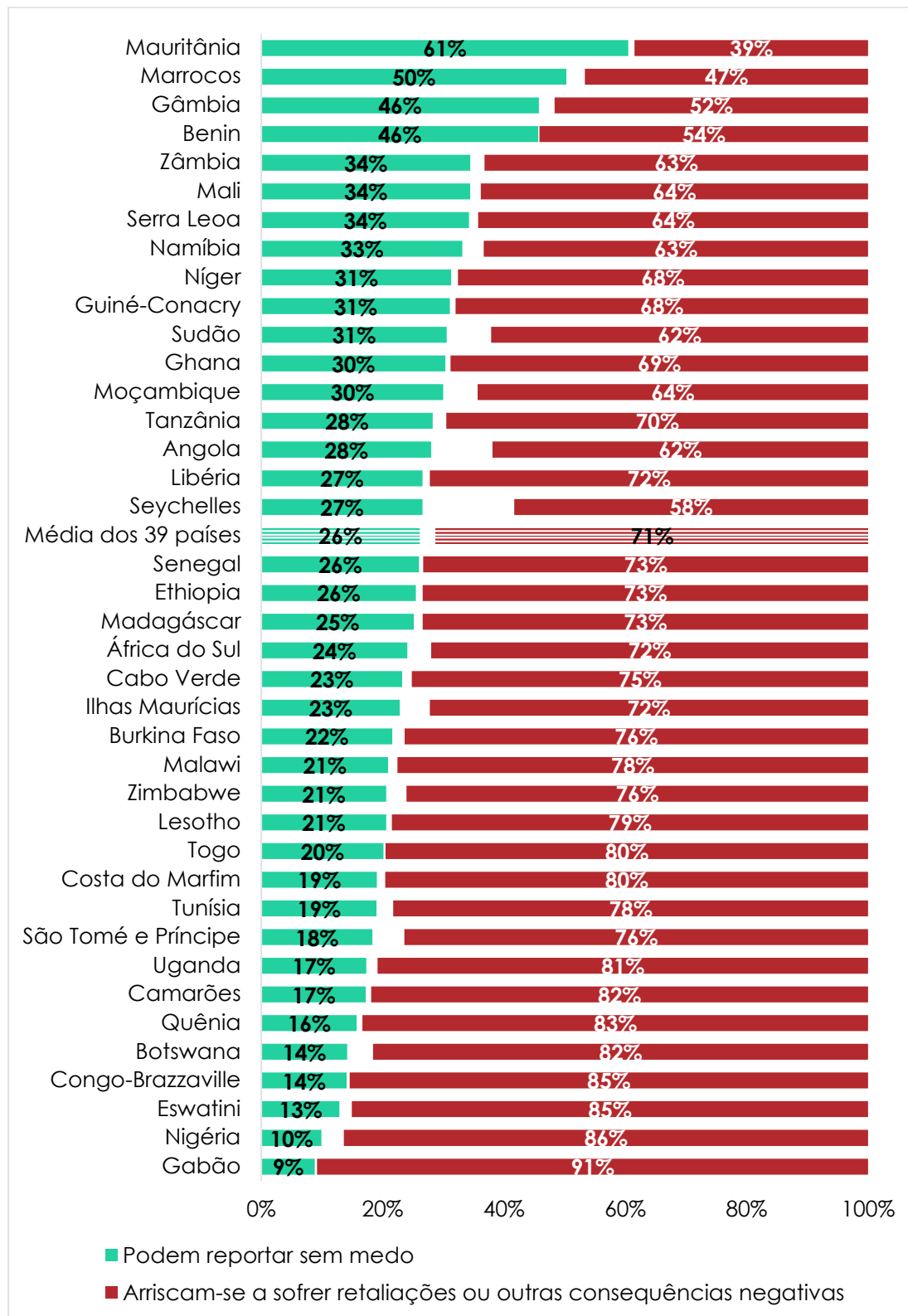
Em média, nos 39 países, uma grande maioria (71%) dos inquiridos acreditam

que as pessoas correm o risco de retaliação ou outras consequências negativas se falarem abertamente. Apenas um em cada quatro (26%) afirmam que a corrupção pode ser denunciada sem medo (Figura 16).

A Mauritânia é o único país pesquisado onde a maioria (61%) dos entrevistados afirmam que as pessoas podem se sentir seguras ao denunciar casos de corrupção. Apenas um em cada 10 Nigerianos (10%) e Gaboneses (9%) concordam.

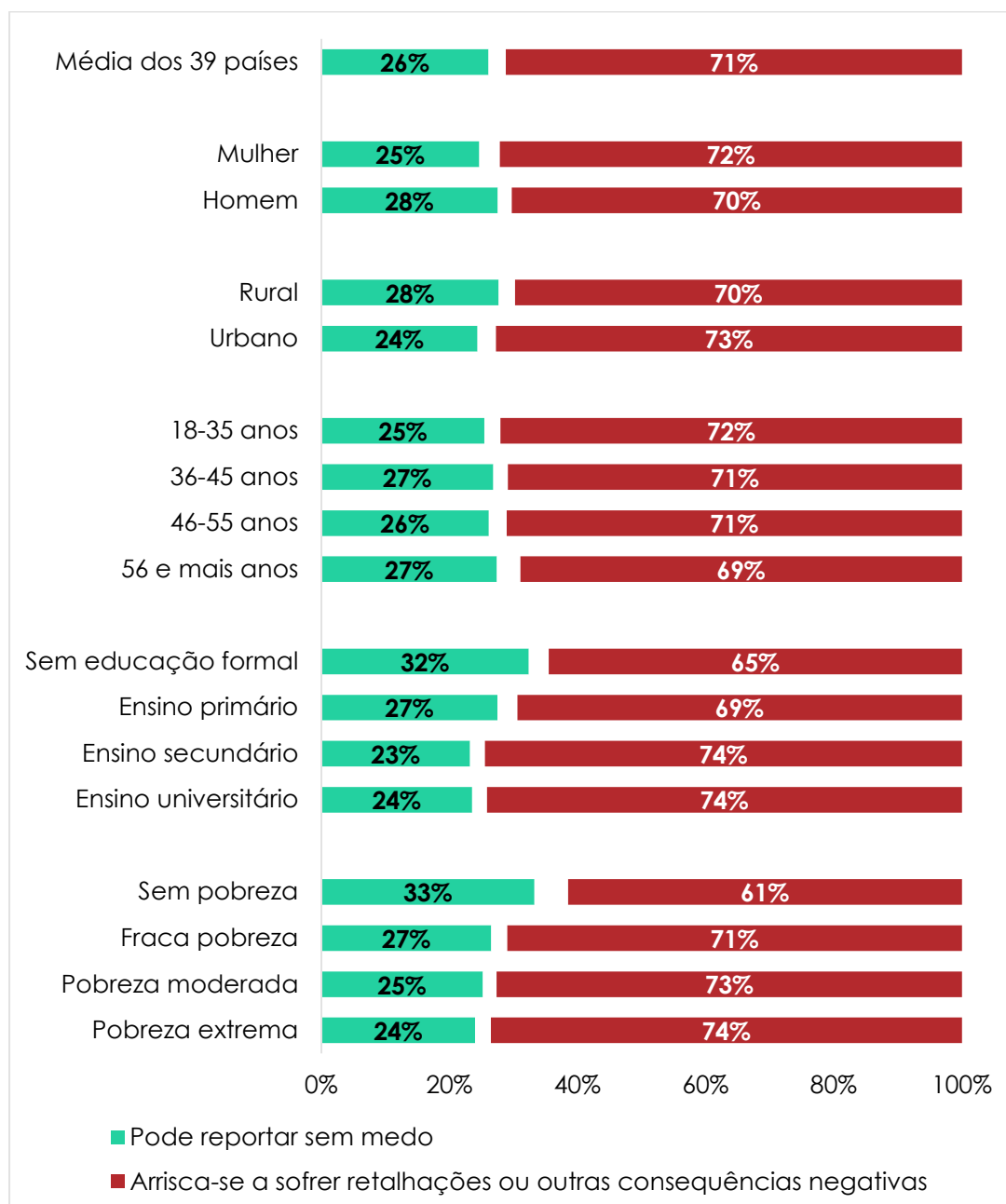
A preocupação com possíveis represálias é elevada nos principais grupos demográficos (Figura 17). É particularmente elevada entre os cidadãos com ensino secundário ou superior (74%) (que podem estar mais conscientes dos casos de retaliação) e é relativamente baixa entre os cidadãos economicamente abastados (que podem ter maior probabilidade de se sentirem protegidos de consequências negativas).

Figura 16: O cidadão comum pode denunciar casos de corrupção sem medo?
 | 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: No país, as pessoas comuns podem denunciar casos de corrupção sem medo, ou elas correm o risco de sofrer retaliações ou outras consequências negativas, se elas falarem?

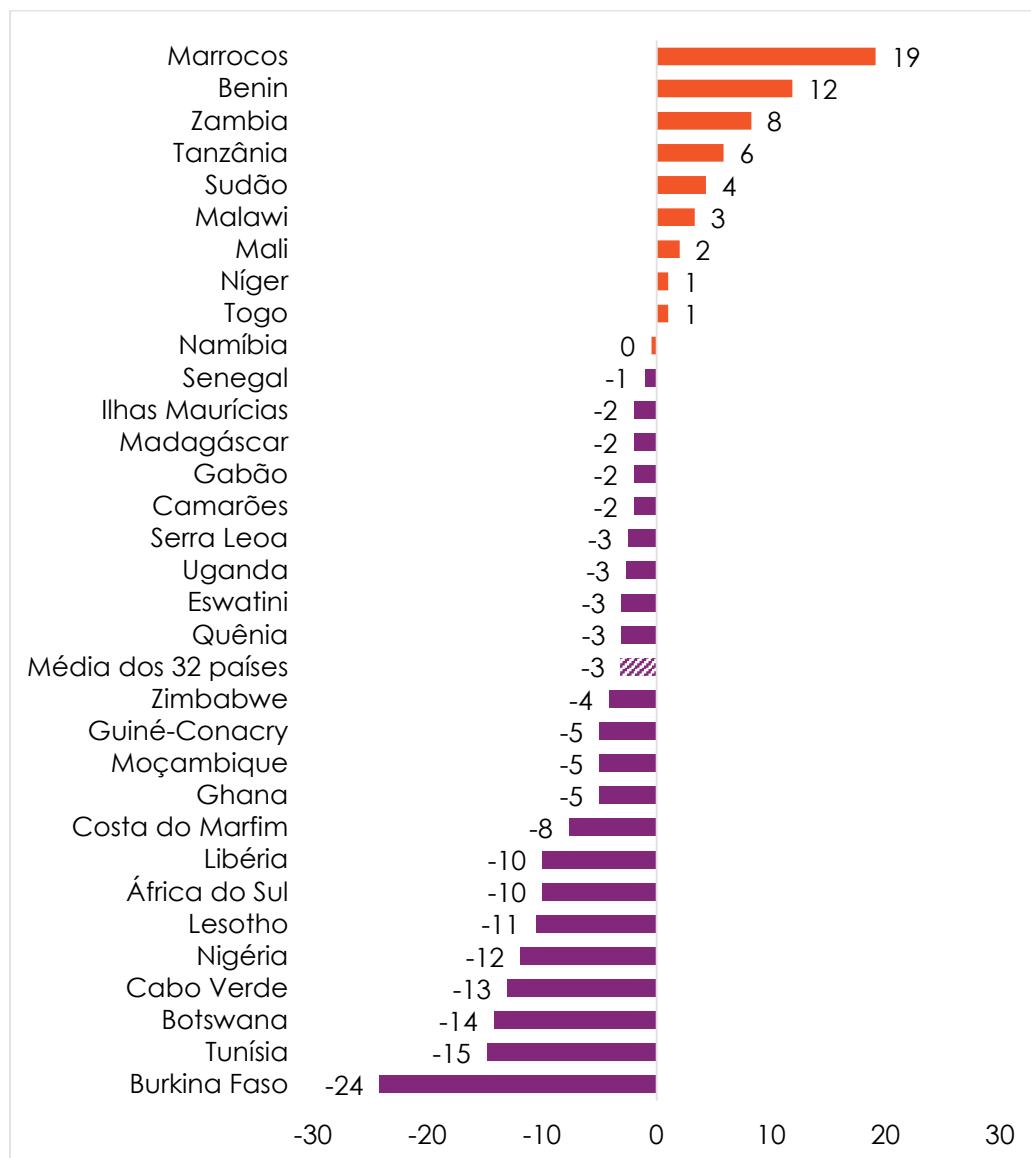
Figura 17: O cidadão comum pode denunciar casos de corrupção sem medo?
 | por grupos demográficos | 39 países | 2021/2023



Pergunta aos respondentes: No país, as pessoas comuns podem denunciar casos de corrupção sem medo, ou elas correm o risco de sofrer retaliações ou outras consequências negativas, se elas falarem?

Nos 32 países para os quais estão disponíveis dados comparáveis para a 7ª Ronda (2016/2018) e a 9ª Ronda (2021/2023), a percentagem de cidadãos que se sentem seguros em denunciar a corrupção diminuiu 3 pontos percentuais (Figura 18). Apenas seis países registam aumentos significativos (de pelo menos 3 pontos percentuais), liderados por Marrocos (+19 pontos percentuais) e Benin (+12 pontos). Dezassete países registam descidas, incluindo quedas de 24 pontos percentuais no Burkina Faso, 15 pontos na Tunísia e 14 pontos no Botswana.

Figura 18: Mudanças na proporção de respondentes que disseram que os cidadãos podem denunciar casos de corrupção sem medo | 32 países | 2016-2023



A figura mostra as mudanças, em pontos percentuais, entre 2016/2018 e 2021/2023, na proporção dos respondentes que disseram que as pessoas comuns podem denunciar casos de corrupção sem medo.

Conclusão

No continente onde os governos lutam para obter receitas para satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos, a corrupção continua o seu ataque corrosivo ao progresso económico e à governação democrática. Os compromissos do governo no combate à corrupção parecem estar a dar poucos frutos, uma vez que a maioria dos Africanos vêem o problema como um agravamento e os esforços anticorrupção dos seus líderes como inadequados. Mesmo durante uma emergência nacional como a pandemia da COVID-19, a corrupção “tirou” uma grande parte dos recursos destinados a servir o povo, na opinião dos cidadãos.

As avaliações variam amplamente de acordo com o país. Os resultados do inquérito de opinião pública sugerem que o Gabão, a África do Sul, a Nigéria, a Libéria e o Uganda ocupam as posições de destaque entre os países que devem analisar mais atentamente os

seus funcionários e políticas públicas. Entretanto, as Seychelles, Cabo Verde, a Tanzânia, as Ilhas Maurícias e o Benim, em rápida evolução, poderão ter lições para os seus vizinhos no que diz respeito ao controlo da corrupção oficial.

O medo dos cidadãos de retaliação por denunciarem corrupção é uma séria desvantagem na luta pela integridade, exigindo melhores estratégias para proteger os denunciantes se os governos esperam ganhar este importante aliado.

Referências

- Africa Defense Forum. (2022). Continent still struggles with covid-19 corruption. 10 de Agosto.
- BBC News. (2022). Cyril Ramaphosa: South Africa's president considers future amid corruption scandal. 2 de Dezembro.
- Comissão Económica das Nações Unidas para África. (2016). Measuring corruption in Africa: The international dimension matters. African Governance Report IV.
- Financial Times. (2019). Son of Mozambique ex-president arrested in loans scandal. 17 de Fevereiro.
- Mattes, R., & Patel, J. (2022). Lived poverty resurgent. Afrobarometer Documento de Política 84.
- Mhaka, T. (2022). Corruption: Africa's undeclared pandemic. Al Jazeera. 2 de Julho.
- Mokgonyana, K. (2023). Why are South African leaders corrupt? Mail & Guardian. 25 de Março.
- New York Times. (2022). The woman once considered Africa's richest faces arrest in graft inquiry. 29 de Novembro.
- Transparência Internacional. (2022). Corruption perceptions index.
- Transparência Internacional. (2023a). CPI 2022 for sub-Saharan Africa: Corruption compounding multiple crises.
- Transparência Internacional. (2023b). Nine countries to watch on the 2022 corruption perceptions index.
- União Africana. (2003). African Union convention on preventing and combating corruption.
- União Africana. (2023). African Union convention on preventing and combating corruption status list.
- Vian, T., Agnew, B., & McInnes, K. (2022). Whistleblowing as an anti-corruption strategy in health and pharmaceutical organizations in low- and middle-income countries: A scoping review. *Global Health Action*, 15(1), 2140494.

Apêndice

Table A.1: A Ronda 9 do Afrobarometer de pesquisa e as anteriores

País	Trabalho de campo na Rodada 9	Rodadas de pesquisa anteriores
África do Sul	Nov.-Dez. 2022	2000, 2002, 2006, 2008, 2011, 2015, 2018, 2021
Angola	Fev.- Março 2022	2019
Benin	Jan. 2022	2005, 2008, 2011, 2014, 2017, 2020
Botsuana	Junho-Julho 2022	1999, 2003, 2005, 2008, 2012, 2014, 2017, 2019
Burkina Faso	Set.-Out. 2022	2008, 2012, 2015, 2017, 2019
Cabo Verde	Julho-Agosto 2022	2002, 2005, 2008, 2011, 2014, 2017, 2019
Camarões	Março 2022	2013, 2015, 2018, 2021
Congo-Brazzaville	Junho-Julho 2023	NA
Costa do Marfim	Nov.-Dez. 2021	2013, 2014, 2017, 2019
Eswatini	Out.-Nov. 2022	2013, 2015, 2018, 2021
Etiopia	Maió-Junho 2023	2013, 2020
Gabão	Nov.-Dez. 2021	2015, 2017, 2020
Gâmbia	Agosto-Set. 2022	2018, 2021
Ghana	Abril 2022	1999, 2002, 2005, 2008, 2012, 2014, 2017, 2019
Guiné-Conacry	Agosto 2022	2013, 2015, 2017, 2019
Ilhas Maurícias	Março 2022	2012, 2014, 2017, 2020
Lesoto	Fev.-Março 2022	2000, 2003, 2005, 2008, 2012, 2014, 2017, 2020
Libéria	Agosto-Set. 2022	2008, 2012, 2015, 2018, 2020
Madagáscar	Abril-Maio 2022	2005, 2008, 2013, 2015, 2018
Malawi	Feb. 2022	1999, 2003, 2005, 2008, 2012, 2014, 2017, 2019
Mali	Julho 2022	2001, 2002, 2005, 2008, 2013, 2014, 2017, 2020
Marroco	Agosto-Set. 2022	2013, 2015, 2018, 2021
Mauritânia	Nov. 2022	NA
Moçambique	Out.-Nov. 2022	2002, 2005, 2008, 2012, 2015, 2018, 2021
Namibia	Out.-Nov. 2021	1999, 2003, 2006, 2008, 2012, 2014, 2017, 2019
Níger	Junho 2022	2013, 2015, 2018, 2020
Nigéria	Março 2022	2000, 2003, 2005, 2008, 2013, 2015, 2017, 2020
Quênia	Nov.-Dez. 2021	2003, 2005, 2008, 2011, 2014, 2016, 2019
São Tomé e Príncipe	Dez. 2022	2015, 2018
Seychelles	Dez. 2022	NA
Senegal	Maió-Junho 2022	2002, 2005, 2008, 2013, 2014, 2017, 2021
Serra Leoa	Junho-Julho 2022	2012, 2015, 2018
Sudão	Nov.-Dez. 2022	2013, 2015, 2018, 2021
Tanzânia	Set.-Out. 2022	2001, 2003, 2005, 2008, 2012, 2014, 2017, 2021
Togo	Março 2022	2012, 2014, 2017, 2021
Tunísia	Fev.-Março 2022	2013, 2015, 2018, 2020
Uganda	Jan. 2022	2000, 2002, 2005, 2008, 2012, 2015, 2017, 2019
Zâmbia	Agosto-Set. 2022	1999, 2003, 2005, 2009, 2013, 2014, 2017, 2020
Zimbabwe	Março-Abril 2022	1999, 2004, 2005, 2009, 2012, 2014, 2017, 2021

Boniface Dulani é diretor de pesquisas do Afrobarometer e professor associado de ciências políticas na Universidade do Malawi. Email: bdulani@afrobarometer.org.

Gildfred Boateng Asiamah é analista de pesquisa do Ghana Center for Democratic Development (CDD-Ghana). Email: g.asiamah@cddgh.org.

Patrick Zindikirani é estudante de direito na Universidade do Malawi e pesquisador associado adjunto no Institute of Public Opinion and Research em Malawi. Email: zindikirani@gmail.com.

Afrobarometer, uma corporação sem fins lucrativos com sede no Gana, dirige uma rede de pesquisa pan-africana e não-partidária. Coordenação regional de parceiros nacionais em cerca de 35 países é fornecida por Center for Democratic Development (CDD) no Gana, Institute for Justice and Reconciliation (IJR) na África do Sul, e Institute for Development Studies (IDS) da University of Nairobi, no Quênia. A Michigan State University (MSU) e a University of Cape Town (UCT) prestam apoio técnico à rede.

O apoio financeiro para Afrobarometer é fornecido pela Suécia (Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional; da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); do Instituto da Paz dos Estados Unidos; das fundações Mo Ibrahim, Open Society - Africa, Bill & Melinda Gates, William and Flora Hewlett, e Mastercard; da União Europeia; do National Endowment for Democracy; da Agência Japonesa para Cooperação Internacional; da Universidade de California San Diego; do Global Center for Pluralism; do Banco Mundial; da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Uganda; e do GIZ.

As doações ajudam o projeto Afrobarometer a dar voz aos cidadãos africanos. Por favor, considere fazer uma contribuição (em www.afrobarometer.org) ou contactar Felix Biga (felixbiga@afrobarometer.org) ou Runyararo Munetsi (runyararo@afrobarometer.org) para discutir o financiamento institucional.

Para mais informações, visite www.afrobarometer.org.



Afrobarometer Edição No. 743 | 6 de Dezembro 2023